



## Globalização, Desemprego e Irresponsabilidade

Alexandre Santos

Comentário sobre o desrespeito do Neoliberalismo com o direito ao trabalho.

*O Trabalho (remunerado) é uma peça chave para o cumprimento do próprio Direito à Vida, assumindo, assim, a condição de direito fundamental das pessoas*

O maior dos direitos do homem é o Direito à Vida. Naturalmente, para cumpri-lo no curso de uma economia mercantil, as pessoas precisam dispor do poder aquisitivo necessário para garantir-lhes acesso aos bens indispensáveis (comida, roupas, moradia, serviços de saúde, educação, etc.). Ora, se o emprego (devidamente remunerado) da força de trabalho é a única forma, ao alcance de todos, para que um homem possa honestamente ganhar dinheiro e, conseqüentemente, compor o poder aquisitivo necessário, o Trabalho (remunerado) é uma peça chave para o cumprimento do próprio Direito à Vida, assumindo, assim, a condição de direito fundamental das pessoas. Esse status, naturalmente, impõe muitas obrigações à coletividade. De fato, como cabe (ou deve caber) ao Estado a maior responsabilidade pelo cumprimento dos direitos do homem, a realização do direito ao trabalho (remunerado) deve ocupar uma posição de destaque nas prioridades governamentais. Sendo um direito fundamental, o Trabalho deve ser defendido em todas as circunstâncias e, na hipótese de um homem perder o emprego, o Estado, na condição de guardião dos Direitos do homem, deve assegurar-lhe uma renda capaz de oferecer-lhe uma digna sobrevivência. Infelizmente não é isso que vem ocorrendo.

A realização do direito ao trabalho vem sendo prejudicado pela ressurreição do liberalismo e pela globalização implícita em seu avanço. De fato, a globalização liberal impõe um selvagem regime de competição entre as empresas privadas obrigando-as a um insano "movimento pela eficiência" que busca aumentar sua "competitividade" - característica essencial para a preservação e aumento dos lucros e, mesmo, para a sobrevivência empresarial. No afã de ganhar novos mercados, manter e ampliar o volume de negócios, as empresas privadas recorrem às diversas técnicas de aumento da produtividade, como a "reengenharia" tão em voga. Ora, aumentar produtividade significa retirar o maior rendimento possível dos insumos utilizados. Em relação a força de trabalho, significa conseguir o mesmo (ou maior) rendimento com um menor número de empregados. Por isso, um "bem sucedido" programa de aumento de produtividade implica, necessariamente, na demissão de pessoal. Essa obstinação político-administrativa, que conta com o inestimável apoio do avanço tecnológico, provoca uma inevitável redução na necessidade de mão-de-obra, provocando o desemprego da força de trabalho. Assim, é natural que, durante a globalização liberal, a iniciativa privada contraia interesse ou, mesmo, necessidade de

demitir pessoal - comprometendo a realização do direito ao trabalho - pois, se proceder de outra forma, perde competitividade, podendo ser engolida pela concorrência ferrenha.

Sem ter como aplicar sua força de trabalho e, conseqüentemente, retirar os meios que precisam para o sustento, é natural que os desempregadas, ofendidas em seu direito ao trabalho, recorram ao Estado - entidade cuja função é (ou deveria ser) zelar pelo cumprimento dos Direitos das pessoas. No curso da globalização liberal, infelizmente, esse é um momento de grande decepção, pois, o Estado, movido por estímulos egoístas, esquece da sua razão de ser e lhe dá as costas. De fato, os governos liberais, como o do Sr. Cardoso, vêem o Estado por um viés elitista, dando-lhe feições próprias, levando-o a trair sua razão de ser. À semelhança da iniciativa privada, o governo liberal, mergulhado na insana luta pelo "aumento da competitividade", avalia os projetos e empreendimentos públicos sob a ótica do "lucro financeiro". Assim, na esteira do pensamento elitista, os governantes liberais buscam empreendimentos públicos que apresentem altos índices de produtividade, orçamentos "equilibrados", contas públicas superavitárias, etc. Como na cabeça de jerico dos governantes liberais não há distinção entre os objetivos públicos e os privados, a ação do Estado liberal é orientada pelos mesmos sentimentos empresariais que animam a iniciativa privada, tornando "normal", por exemplo, recomendações de "redução de custos" através da demissão de funcionários. Essa é a inspiração da política de demissões - explicitamente manifestada nos ridículos Programas de Demissão Voluntária e nas Medidas Provisórias que permitem e estimulam o poder público a demitir pessoal - levada adiante pelo governo Cardoso. Ao seguir cegamente as pegadas da iniciativa privada liberal, o governo Cardoso se distancia intencionalmente da chance de tentar o pleno emprego e a justa remuneração para todos, contribuindo deliberadamente para o aumento do desemprego e infelicidade geral da nação.

Nesse momento, o povo se vê entre fogos cruzados. De um lado, a iniciativa privada que, buscando maior competitividade, adota procedimentos que implicam na demissão de pessoal. De outro, o governo liberal do Sr. Cardoso que, adotando os indicadores privados de sucesso, também usa e abusa da demissão de pessoal como forma de redução de custos. E aí? Ora, acontece o que vemos no Brasil de hoje. As ruas explodem em violência, miséria, insegurança, abandono, tristeza, etc.

O desemprego aumenta a tensão social, criando um quadro de convulsão violenta. Nos momentos em que a crise se acirra, fazendo com que o "caldeirão fique prestes a explodir", os liberais desenvolvem uma repentina "preocupação social" e imaginam soluções capengas, que denunciam sua intenção pois são parciais e elitistas e, no fundo, visam apenas aumentar ainda mais a fortuna dos ricos. Recorrem às batidas fórmulas para estimular os grandes empresários a contratar (ou não demitir) pessoal através da concessão de estímulos para a atividade empresarial. Atualmente, uma outra fórmula, igualmente elitista, vem ganhando força entre os boçais. Trata-se da redução da folha de pagamento das empresas através da supressão dos direitos trabalhistas e previdenciários, conquistados com tantos sacrifícios pelos operários. Ou seja, ao invés criar instrumentos permanentes de sua superação, os governantes liberais pensam apenas administrar a dimensão do

desemprego estrutural, aproveitando a oportunidade para colocar mais dinheiro no bolso dos ricos. Uma vergonha!

Evidentemente o desemprego pode ser evitado e combatido de outras formas. Os solidaristas, ao contrário dos liberais, defendem fórmulas que valorizam o homem e sua dignidade. Sugerem, por exemplo, a retomada do crescimento econômico com fortalecimento do mercado interno do país e distribuição da renda - principalmente através do apoio às micro, pequenas e médias empresas, estímulo ao movimento cooperativista e outras formas associativas de ação empresarial, e elevação dos níveis salariais -; promoção da reforma agrária, prestigiando o camponês e estimulando a reversão migratória; adoção imediata dos programas de garantia de renda mínima, valorizando o consumo como instrumento de ação econômica. Os solidaristas, rechaçam qualquer iniciativa que pretenda a redução dos direitos sociais, entendendo-os como conquistas das classes trabalhadoras que devem sempre ser ampliadas. Nesse ponto, naturalmente, reconhecendo a necessidade da desoneração das folhas de pagamento, os solidaristas defendem o que o financiamento da assistência e previdência social incida sobre o faturamento das empresas, reduzindo o estímulo ao desemprego e ampliando a base de contribuição.

O emprego remunerado é um direito fundamental das pessoas e sua profanação viola a obra de Deus. Abaixo o desemprego!

Alexandre Santos é presidente regional e dirigente nacional do Partido Solidarista Nacional (PSN)

Editorial de O Libertador, nº 72, da 1ª quinzena de dezembro de 1997.